

A. I. N.º - 110427.0028/08-5
AUTUADO - CONSTRUMARY COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
AUTUANTE - NELIO MANOEL DOS SANTOS
ORIGEM - INFAZ ITABUNA
INTERNET - 23.03.09

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0004-05/09

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. FALTA DE APRESENTAÇÃO QUANDO REGULARMENTE INTIMADO. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. Autuado não atendeu as intimações no prazo regulamentar para apresentação dos livros e documentos fiscais, sujeitando-se a multa prevista no artigo 42 XX “c” da Lei 7.014/96 em face do não atendimento à terceira Intimação Fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 30/05/2008, impõe multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$1.380,00, em decorrência de o contribuinte ter deixado de apresentar documento fiscal apesar de ter sido regularmente intimado por três vezes.

O autuado, à fl. 13, contesta a autuação argumentando que na ocasião da intimação estava em fase de mudança de endereço e de contador. Diz que a 1ª intimação nem chegou às suas mãos e que dela só tomou conhecimento por ocasião da 2ª Intimação Fiscal.

Informa que diante da situação em que se encontravam os documentos, se dirigiu à SEFAZ-ITABUNA, por diversas vezes procurando o fiscal autuante para explicar a necessidade de um prazo maior para a apresentação da documentação solicitada, mas não obteve sucesso. Alega que todas as tentativas foram em vão, pois, sempre que o procurava, o fiscal estava em diligência e outra pessoa não respondia por ele. Afirma que, em uma última tentativa, encontrou o mesmo e explicou-lhe a situação e este se justificou dizendo que a ordem de serviço não mais estava em seu poder, e que aguardasse uma posição do coordenador.

Por fim, requer a improcedência do Auto de Infração,.

O autuante, à fl. 16, prestou informação fiscal, inicialmente transcrevendo teor da defesa e afirmando, em seguida, que a primeira intimação foi entregue no estabelecimento do contribuinte a uma sócia da empresa, Sra. Neide de Jesus Cerqueira em 27/02/2008 (fl.09), não havendo, assim, o menor fundamento a alegação de que só tomou conhecimento da primeira intimação após haver recebido a segunda.

A seguir, aduz que apesar de o contribuinte não haver atendido à primeira intimação, ele não foi autuado e recebeu uma segunda Intimação Fiscal. Contudo, também não atendeu essa segunda Intimação Fiscal, que também foi assinada por outro sócio da empresa o Sr. Washington Souza de Matos, conforme consta da fl. 08.

Diz que tentando não prejudicar o contribuinte e para cumprir as tarefas que lhe foram atribuídas na Ordem de Serviço, o representante do Fisco intimou-lhe pela terceira vez, intimação que também não foi atendida e que motivou o presente Auto de Infração.

Ressalta o autuante, que o processo de mudança de endereço e de contador, como alega o contribuinte, não justifica a falta de apresentação dos livros e documentos solicitados mesmo porque a mudança era de imóvel e não dos livros e documentos. Ademais, nada há na legislação

estadual versando acerca de dilação de prazo para entrega de livros e documentos fiscais para os devidos exames.

Pelo que expõe, pede a manutenção do Auto de Infração.

VOTO

Versa o Auto de Infração em lide, sobre a imposição de penalidade por descumprimento de obrigação acessória pela falta de apresentação de livros e documentos fiscais, mediante intimação.

Do exame das peças processuais constato que o autuante lavrou três intimações datadas de 26/02/2008, 06/03/2008 e 10/07/2007 (fls. 07, 08 e 09), concedendo, em cada intimação, o prazo legal de 48 horas, a contar da ciência, para que o autuado apresentasse os requisitados documentos fiscais referentes ao período maio/2005 a junho/2007, havendo o registro nas intimações acima referidas que o não atendimento no prazo estabelecido ou sua entrega com dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais, sujeitaria o autuado às penalidades previstas no artigo 42, da Lei 7.014/96.

Verifico que o autuado não atendeu às intimações, aliás, registre-se, fato não contestado por ele na peça defensiva.

No presente caso, não resta nenhuma dúvida sobre o cometimento da infração pelo contribuinte que, na realidade, se insurge justificando que não tomou conhecimento da primeira intimação e que por razões de mudança de endereço e de contador, estava com os documentos em uma situação que, embora não definindo qual, transmite a aparência que lhe trazia dificuldade para a apresentação.

Verificando o cadastro do contribuinte na SEFAZ, de fato, confirmamos que as pessoas que assinam a primeira e segunda Intimação Fiscal representando a empresa são sócias da autuada, o que corrobora a informação do autuante e derroga o argumento de que desconhecia estar sendo intimada para apresentação dos documentos fiscais.

Assim, nos termos do artigo 42, XX, “c”, da Lei nº. 7.014/96, quando o contribuinte não atende cada Intimação Fiscal, a partir da 3ª está sujeito à penalidade de R\$1.380,00 por cada intimação. Como as provas são suficientes para convencer-me que as alegações defensivas não elidem a acusação e que o contribuinte não apresentou ao preposto fiscal os documentos requisitados na forma regulamentar, tenho a infração como subsistente.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **110427.0028/08-5**, lavrado contra **CONSTRUMARY COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$1.380,00**, prevista no artigo 42, inciso XX, “c”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios de acordo com o estabelecido pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de março de 2009.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA-PRESIDENTE

JORGE INÁCIO DE AQUINO -RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADOR